

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE

Ineuda Pereira de Souza ¹

Joseane Melo de Lira ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as práticas pedagógicas do professor do AEE, no qual, o professor atuante na sala de atendimento educacional especializado, necessita ser dinâmico, entender e utilizar os tipos de currículos conforme as especificidades de cada aluno. Por isso, a importância do uso da sala de atendimento educacional no ambiente do ensino regular, no qual, se faz a inclusão presente neste sistema de ensino. Portanto, o professor é o principal articulador das ações pedagógicas, sendo responsável pelo sucesso das propostas pedagógicas que organizam o trabalho escolar. É preciso que o professor possa procurar meios de promover o enriquecimento das atividades, com vistas à melhor desenvolver essas capacidades nas crianças. Ou seja, para que as atividades possam ser proporcionadas de forma nítida em espaço que seja adequado para que, possa então, dá ênfase a essa atividade. Sendo assim, a Lei de inclusão permite, e com isso, um dos direitos é o acompanhamento na sala de atendimento educacional (AEE), permitindo, a integração social da criança no ambiente escolar do ensino regular. Diante desse pressuposto faz necessário perguntar: Quais práticas pedagógicas são utilizadas pelos professores do AEE? Sabemos que não é qualquer profissional que deve atuar nesta área. O presente estudo apresenta referenciais metodológicos de uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é refletir sobre as informações contidas na bibliografia selecionada. E por fim, conclui se diante de refletir sobre o processo de mudanças ocorrido na inclusão dessas crianças no ensino regular para que ocorra um processo de aprendizagem satisfatório.

Palavras-chave: Inclusão, Aprendizagem, Práticas Pedagógicas.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú -UVA; ineudaineudinha@hotmail.com;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; joseanelimoeiro@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Atualmente a inclusão dos alunos com necessidades especiais, tornou-se algo indispensável para a educação, portanto, inserir esses alunos dentro do atendimento educacional especializado -AEE, torna-se desafiador. Pois, a educação inclusiva encontra-se neste processo de mudança, em que, nasceu da emergência de inserirem grupos vulneráveis no mapa da educação – crianças, jovens e adultos que, por razões distintas, excluídos dos sistemas educacionais e que passam a fazer parte do cenário das escolas brasileiras.

O motivo desta pesquisa é entender quais práticas que o professor do AEE utiliza para estimular o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, isso, por eles serem tão limitados a seu processo de desenvolvimento em aprender. Neste sentido, vale ressaltar da importância do professor especializado ao atendimento da sala de AEE, sendo assim, questiona-se: quais práticas pedagógicas são utilizadas pelo professor do AEE, no estímulo da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas pedagógicas do professor do AEE. Assim elencamos os objetivos específicos que são: conhecer o papel do profissional que atua nessa área; analisar as práticas oferecidas pelo professor para a educação especial. Sabe-se que inserir não significa que o processo de inclusão esteja acontecendo de forma completa, para tanto o processo de inclusão precisa ser integralizado ao sistema, onde requer a reestruturação do sistema educacional de modo que este cuide de todos os alunos, dando-lhes condições de pleno acesso e participação o atendendo suas especificidades permitindo que o aluno possa usufruir de tudo que a Lei de inclusão lhe permite, e com isso, um dos direitos é o acompanhamento na sala de atendimento educacional (AEE), permitindo, a integração social da criança no ambiente escolar.

Em linhas gerais, a pesquisa estará estruturada em três seções, visto a introdução que se baseia a motivação da pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a fundamentação teórica e a metodologia aplicada. Na segunda seção será desenvolvido o referencial teórico que apontará os seguintes pontos, a questão do profissional que atua na sala de AEE, quais as suas práticas pedagógicas para essa área de atendimento e as propostas oferecidas a serem trabalhadas com esses alunos ao chegar à sala de AEE com



a vontade de aprender com qualidade. A terceira sessão será abordada a metodologia utilizada, no qual o estudo apresentará referenciais metodológicos de uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é refletir sobre as informações contidas na bibliografia selecionada. Assim, o pressuposto teórico desta pesquisa, refere-se à questão da prática pedagógica do professor do atendimento para as crianças com necessidades especiais na sala de AEE. E por fim, as considerações finais, buscando refletir sobre o processo de mudanças ocorrido na inclusão dessas crianças ao serem atendidas por um profissional do atendimento educacional especializado em propósito para um processo de aprendizagem satisfatório.

2 A Prática do Professor que atua na AEE.

A prática do professor do AEE, necessita estar pautada nas políticas destinadas à educação especial, desta forma, Ferreira & Martins (2007), refere-se às práticas de ensino inclusivas, afirmando:

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos(as) e combater todas as formas de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escola inclusiva, todos(as) são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escola que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade à escolarização, bem como sua aprendizagem. (FERREIRA & MARTINS, 2007, p. 22)

Nesta perspectiva, entende-se que as práticas de ensino inclusiva adotam fundamentos que possibilitam aos educandos(as) que se envolvam diretamente nas atividades propostas pelo professor, como em tomada de decisões de forma que cada um e todos tenham oportunidades de participar do processo de escolarização e crescer com ele.

Desse modo, as práticas necessitam ser orientadas e baseadas por princípios pedagógicos educacionais inclusivos, pois, na medida em que apoiam o professor no processo de elaboração de planos de aula considerados inovadores, passa romper barreiras com o padrão tradicional de ensino, que implicam a organização física da sala de aula e da turma de formas diversas.

Sendo assim, a diversidade humana deve ser vista e entendida de forma no qual o espaço escolar ofereça recursos educacionais que favoreça no processo de aprendizagem



desses alunos com necessidade especial, portanto, esses recursos devem ser incorporados à vida e na escola como base para o planejamento e plano de aula das atividades a serem trabalhadas pelo professor. Entretanto, assumir a diferença entre os alunos implica em adotar uma nova concepção de ensino e aprendizagem e uma nova forma de ensinar e de abordar o conteúdo curricular. Ou seja, entendemos que as escolas com orientação inclusiva devem pautar-se as orientações vista pela UNESCO (1994) afirmando:

...todos os alunos e alunas aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Essas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos e alunas, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos(a)s através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. (UNESCO, 1994, p. 11-12)

De acordo, a UNESCO (1994), a importância de formar professores(as) capacitados de utilizar estratégias de ensino que facilite e respondam à diversidade humana existente na classe e conduza à aprendizagem de cada estudante é fundamental em contribuir com o desenvolvimento de um sistema de ensino inclusivo e para todos (as). Portanto, o professor do AEE necessita ser preparado a trabalhar com as diversas deficiências e assim proporcionar para cada aluno uma melhor forma de compreensão na aprendizagem naquele determinado ambiente.

Para isso, o professor também precisa conhecer os pilares que contemplam a esses processos de inclusão que diante a Lei encontra-se os pilares da inclusão destinada à política escolar, os pilares a cultura escolar e os pilares da prática de ensino. Como bem pontua os pilares da inclusão destinada à política escolar há um ponto importante que fala:

Incluir significa combater qualquer prática de exclusão na escola e aumentar as oportunidades de participação no processo educativo; A educação inclusiva não diz respeito somente às pessoas com deficiências, mas a todos os estudantes que enfrentam barreiras para ter acesso ao currículo e à educação formal ou informal. (CSIE, 2000, p. 257)

Desta forma, entende-se que a inclusão deve ser vista nas escolas de ensino regular de forma que o aluno sinta-se incluído e possa participar de toda ação educativa do contexto escolar, pois, incluir sem recurso não é inclusão, ou seja, a inclusão se dar por meio que leve o aluno a se sentir satisfeito com o ambiente que frequenta, sendo assim, a sala de AEE é um dos maiores recursos de política educacional que deve ser



oferecido para as crianças que apresentam alguma deficiência, permitindo a ajudá-la a desenvolver em seus aspectos cognitivos, motores, afetivo, social, dentro de um ambiente escolar que possa ser beneficiado para auxiliar tanto dentro da escola como fora dela. Desse modo, os pilares da inclusão no âmbito da cultura da escola que contemplam a essa interação são:

- Todos são reconhecidos como iguais e, portanto, têm os mesmos direitos na escola;
- A diversidade humana e as diferenças individuais devem ser consideradas recursos valiosos para promover a aprendizagem significativa;
- Todos são igualmente acolhidos e valorizados na escola inclusiva, estando atentos a qualquer forma de discriminação que deve ser combatida.

Como bem diz os pilares à cultura escolar inclusiva, permite assegurar mudanças relevantes e consistentes que não retornam ao tempo pelo qual a política escolar inclusiva deverá ser bem elaborada e participativa, no qual, o professor que atua na sala de AEE deve realizar junto com a comunidade escolar propostas que leve a inclusão de forma prazerosa e não discriminatória, ou seja, o professor é um dos principais atuante mais importante para que possa ocorrer fluência no processo de aprendizagem dessas crianças.

2.1 Propostas Pedagógicas do Professor do AEE

Segundo Plácido, et.al (2023), as propostas destinadas para o público de atendimento do AEE devem ser vistas diante das necessidades e especificidades de cada aluno, portanto, no AEE é necessário utilizar os tipos de currículos que cada aluno irá utilizar e junto com o professor do ensino regular apresentar o currículo trabalhado com os mesmos.

Desse modo, se faz necessário entender que os currículos são classificados em três tipos que são o currículo 1 é aquele que apresenta poucas modificações tanto para o atendimento como para sala de aula regular. O currículo 2 é aquele que precisa de modificações maiores, como exemplo se o professor do ensino regular for realizar atividades avaliativas, principalmente, para que o aluno possa realizar as atividades de forma significativa. Já o currículo 3 é aquele tipo de em que as atividades serão realizadas pelas expectativas de aprendizagem especial, no qual, se avalia todos os aspectos para que possa ser trabalhado com os alunos do público da educação especial.



Diante disso, ressalta-se que a sala de recursos é multifuncional diante das suas possibilidades de intervenção, assim como precisa ser “multi” a equipe que proverá e organizará os recursos que nela forem construídos, usados, dependendo das demandas dos alunos para ela direcionados. (PLÁCIDO, et.al ,2023)

Desse modo, vale salientar que as salas de recursos multifuncionais podem ser uma ideia interessante para a efetivação do AEE, mas necessita ser incorporar a cultura escolar, fazer parte dos projetos políticos pedagógicos e contar com mão-de-obra especializada. A Resolução n.4/2009 estabelece as funções do docente do AEE da seguinte maneira:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

[...] I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II –elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III –organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV –acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V –estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI –orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII –ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 34)

Para que entenda as finalidades das propostas pedagógicas a serem trabalhadas com alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência, se faz necessário que o professor do AEE possa entender as características de cada tipo de deficiência e de seus transtornos, para que dessa forma possa levar uma proposta de atividades pedagógicas que possa estimular o aluno a sentir-se capazes de realizá-las.

Desta forma, Carvalho (2004) afirma que:

[...] a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades dos processos de ensino aprendizagem, principalmente em sala de aula. (CARVALHO, 2004, p. 110)



De acordo com o autor as propostas da inclusão devem abranger a todos que tem esse direito, mas incluir sem assegurar a participação ativa do aluno em sala de aula não é inclusão, é por este motivo a importância de cada vez mais os professores se atualizarem em suas formações continuadas, levando conhecimentos e métodos renovadores para a sala de aula de forma a ajudar aquela criança que apresenta uma necessidade seja física, intelectuais, entre outras, se sentirem incluídas de forma prazerosa na sala de aula do ensino regular. Segundo Antunes (2002, p. 33):

É evidente que existem maneiras interessantes de aprender e que, se desenvolvidas em sala de aula para alunos de qualquer nível, independente dos conteúdos que se expõe, podem constituir-se em uma aprendizagem agradável, interessante e, o que é mais importante, significativa e capaz de se mostrar autônoma, permitindo ao aluno o uso desses saberes para a conquista de muitos outros.

De acordo com Antunes (2002), reconhecer a diversidade humana existente em qualquer sala de aula é estar aberto à flexibilização curricular e atento às múltiplas possibilidades de estratégias de ensino que possam favorecer o desenvolvimento de cada educando, seja no âmbito pessoal, escolar ou humano. Ao tratar dessas dificuldades que muitas vezes o professor se encontra ao lidar com a diversidade e a inclusão é preciso que a mudança seja promovida, começando logo pela organização da sala de aula, para que o espaço se torne uma sala mais inclusiva para todas as crianças. Porém, sabe-se que não é o suficiente para que a participação e a aprendizagem para todos sejam asseguradas. Sendo assim, as chances de aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais tornam-se mais satisfatória.

3. Metodologia

3.1 A abordagem da pesquisa a ser utilizada

A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, do tipo descritivo, pautado em uma abordagem qualitativa. Segundo Köche (1997), este tipo de estudo requer do pesquisador maior objetividade com o tema escolhido, pois visa levantar o conhecimento disponível na área, buscando identificar as teorias já produzidas, na tentativa de analisar e avaliar a sua contribuição para compreender ou explicar o problema da investigação.



A leitura atenta e análise minuciosa tornaram-se peça fundamental para o processo de produção desta pesquisa. Como bem pontua Lima e Miotto (2007, p. 12): “A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos, de busca por soluções, atentos ao objeto de estudo, e que, por isso, não podem ser aleatórios”.

Este processo acintoso de buscar soluções para um problema, por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, é o que Boccato (2006, p.266), caracteriza como uma pesquisa bibliográfica.

Assim, buscou-se realizar a revisão teórica das obras e documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, As Políticas de Inclusão, entre outros materiais que serviram de fonte para a produção desta pesquisa.

3.2 Caracterização da Pesquisa

A escolha do método e da abordagem de pesquisa deu-se, pois, pela praticidade e flexibilidade, sobretudo, pelo interesse de aprofundar conhecimentos acerca do assunto, em virtude das inquietações que surgiram com relação da prática do professor o atendimento educacional especializado – AEE que intrinsecamente estão ligados e indissociáveis a pessoas com necessidades especiais inserida em uma sala de aula de ensino regular.

Portanto, a relevância do tema associada ao curto espaço de tempo para a produção de um projeto, justifica a escolha do percurso teórico e metodológico adotado. E, por fim, a análise dos dados consistiu-se na articulação entre a teoria e o objeto de estudo, inter-relacionando-os, a partir do seu nível de coerência e consistência.

3.3 Os instrumentos utilizados na coleta dos dados

A pesquisa bibliográfica utilizou-se dos parâmetros temáticos e linguísticos, por meio de uma leitura atenta e minuciosa que, segundo Lima e Miotto (2007 p. 5), envolve a construção de um instrumento que permita pinçar, das obras escolhidas, os temas, os conceitos e as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Para tanto, foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: livros, revistas, sites, artigos, dissertações e monografias. A partir do levantamento do material



bibliográfico, deu-se início o processo de leitura e análise das informações para elaboração deste projeto. E, conforme dito anteriormente, a escolha do método, deu-se pela necessidade de aperfeiçoar o curto espaço de tempo da elaboração do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema em análise pautou-se na prática pedagógica do professor do atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas de ensino regular, portanto, esse estudo nos proporcionou entender a importância desse atendimento nas escolas de ensino regular, pois, sabemos que a educação atualmente se baseia aos princípios e aos artigos da LDB (1996) que afirma em seu artigo 2º “ a educação é direito da família e do Estado”, para que esse direito seja garantido, se faz necessário que essas crianças que apresentam alguma deficiência sejam tratadas como pessoas normais e seja também incluída, inserida no processo de ensino aprendizagem da educação básica.

Sendo assim, se faz necessário também que o atendimento educacional reservado a essas crianças seja feita por profissionais competentes e qualificados que entendam realmente a necessidade de cada aluno.

O professor de AEE deve apresentar formação inicial que permita exercer a docência e formação específica na educação especial, pois, suas atribuições estejam ligadas as ações que promovam principalmente a disponibilidade de recursos de acessibilidade.

Nesta perspectiva, salienta mudanças ocorridas ao sistema educacional que possa priorizar o atendimento educacional nas escolas de ensino regular, portanto, de acordo com o Decreto 6.571, de 17/09/2008, aprovou que o AEE possa constituir atividades e recursos que complementam e suplementam a formação dos estudantes no ensino regular (§ 1º) e, portanto, deve ser incorporado às atividades pedagógicas na escola (§ 2º). Pois, a implantação do AEE nas escolas assegura o apoio técnico e financeiro às ações escolares.

Desta forma, os professores em suas práticas inclusivas devem estarem atentas aos pilares que a educação inclusiva apresenta, para que assim, o atendimento torne-se satisfatório ao aluno com necessidade especial. É, diante destas propostas, como o ambiente em relação ao espaço ainda não é tão amplo, o professor como o articulador do saber possa transformar esse pequeno espaço em um ambiente atrativo, estimulante e



aconchegante, onde a criança possa então perceber e entender que mesmo o espaço sendo inadequado para essa modalidade ela sinta-se bem e com isso o processo de aprendizagem seja bem desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, Novas formas de aprender. ARTMED: Porto Alegre, 2002.

BOCCATO, Vera Regina, Metodologia da pesquisa bibliográfica. Disponível em: Acesso em: 02^a.gos. 2023.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

CSIE. Índice para Inclusão. Centro de Estudos sobre a Educação Inclusiva. Bristol. 2000. Versão Portuguesa. (Tradução: Ana Maria Benards da Costa. José Vaz Pinto) Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_79.pdf. Acesso em: 15/8/2023.

FERREIRA, Windz B.; MARTINS, Regina Coeli B. De docente para docente - Práticas de ensino para a diversidade na educação básica. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, T. C. S.; MIOTO R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Katálisis, Florianópolis. 2007 v.10 p.37- 45.

MEC/SEESP. Lei da Acessibilidade (Lei 10.098). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2010.

PLÁCIDO, Maria Elze; DE SOUSA SANTOS, Josiane Cordeiro; GONÇALVES, Lillianne Plácido. Prática Pedagógica e Atendimento Educacional Especializado: uma relação necessária. Devir Educação, v. 7, n. 1, 2023.

UNESCO. Arquivo Aberto, Materiais de Apoio para Gerenciadores e Administradores Educacionais. UNESCO. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/educprog/sne/>

